

Feito o acordo com o FMI é a hora dos bancos privados

Simultaneamente ao anúncio do acordo com o FMI, voltam à cena aberta os bancos privados. Desde maio deste ano eles se recusavam a dar suporte aos compromissos de «rolagem» da dívida externa brasileira, aguardando o acerto de contas com o Fundo Monetário. Suportaram estoicamente o acúmulo de atrasados comerciais, apenas demonstrando um grau crescente de impaciência diante da demora nas negociações e, principalmente, com a aproximação da data fatal de fechamento dos balanços anuais.

Engoliram em seco o susto causado pela demissão de Carlos Langoni, do Banco Central, na fase mais intranquila do mercado, mas aparentemente se identificaram satisfatoriamente com o estilo um tanto «bulldozer» do novo titular Afonso Celso Pastore. As negociações ganharam um ritmo veloz a partir de outubro, até porque o tempo escasseava e também se desatava o nó em que se haviam embaralhado as discussões com o FMI.

Na segunda quinzena de novembro, após dezenas de reuniões de trabalho com Ernane Galvêas e Celso Pastore na sede do Citibank em Nova Iorque, William «Bill» Rhodes, presidente do Comitê Assessor do Banco Credores, encontra-se com Delfim Netto e pôde anunciar que uma nova massa de recursos da ordem de 6 bilhões e meio de dólares será reinjetada no circuito da dívida brasileira em 1984. Apenas umas poucas horas antes desse encontro, dia 18 de novembro, o Comitê Assessor completava a recepção de mensagens de cerca de 800 bancos espalhados por todo o mundo, confirmando sua participação — acima da «massa crítica» de 6 bilhões de dólares — no «empréstimo-jumbo» ao Brasil, dentro

de particulares condições de juros e prazos: nove anos para pagar, com cinco anos de carência.

No início desta mesma semana, em Washington, Delfim Netto recebera igualmente a confirmação das autoridades econômicas norte-americanas quanto à outra parcela dos recursos necessários à montagem de um novo perfil de pagamentos da dívida externa: créditos de importação do Eximbank no valor de 1 bilhão e meio de dólares, aos quais deverão somar-se outros créditos semelhantes de mais 1 bilhão de dólares dos Bancos de Comércio Exterior dos países industrializados.

Adicionando-se a estas parcelas os valores dos financiamentos de projetos brasileiros por parte do Banco Mundial (1 bilhão e 200 milhões de dólares) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (400 milhões de dólares) a serem liberados no decorrer de 1984, o horizonte da economia brasileira começou a aparecer menos conturbado.

Com o mesmo suporte do Comitê Assessor presidido por Rhodes, negociam-se os detalhes finais, junto aos Bancos credores, da amortização de aproximadamente 5 bilhões de dólares com vencimentos ao longo do ano. E, finalmente, o restabelecimento das linhas de créditos comerciais junto a bancos brasileiros no exterior, significando depósitos da ordem de 6 bilhões de dólares.

Ao fazer o rol dos números, após seis meses de «pacientes» e provavelmente desgastantes negociações, Delfim Netto pode dar mais um adeus a Nova Iorque, provisório com certeza, mas também um adeus definitivo à hipótese da moratória: unilateral ou multilateral...



Tancredo, Furtado, Setúbal e Simonsen, em coro, se voltaram contra a estratégia do Governo Federal. No final, a solução negociada empreendida pelas autoridades econômicas mostra que vem dando certo

